



Luiz Severino da Costa Filho<sup>1</sup>

luizhittito@bol.com.br

## RESUMO

Este trabalho é um recorte da nossa dissertação de Mestrado Profissional de Sociologia, em fase de desenvolvimento, que investiga a abordagem da cultura indígena nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nas edições 2012, 2015 e 2018. Nessa pesquisa qualitativa pretendemos responder como a temática indígena é explorada nos livros supracitados, seja com elementos linguísticos ou imagéticos, a partir das categorias de análise: abordagem da cultura indígena no contexto contemporâneo, abordagem da cultura indígena no contexto passado e não abordagem da cultura indígena. Embora o Brasil seja um país de diversidade pluricultural e multiétnica nossa sociedade não reconhece devidamente tal característica, que precisa ser assumida e respeitada. Entendemos que o papel da escola de Ensino Básico no reconhecimento e valorização dessa particularidade da sociedade brasileira é fundamental considerando seu lugar na formação de cidadãos que precisam se reconhecer nessa diversidade e que também precisam reconhecer a necessidade de respeitar as especificidades de outros sujeitos na complexa rede de relações sociais. A escola deve figurar como lugar que possibilite a superação de estereótipos que permeiam nossa sociedade e que tiranizam e vitimam a muitos, como os povos indígenas. Nesse sentido os debates que são promovidos na escola precisam estar pautados numa perspectiva que aponte para novos horizontes no que se refere à garantia dos direitos dos povos indígenas. Por sua vez, o livro didático ocupa uma posição de destaque na condução desses debates em espaço escolar. Assim é urgente que muitas direções assumidas nesses livros sejam revistas no intuito de evitar que distorções sejam perpetuadas ainda nos dias atuais. Neste recorte buscamos apresentar algumas questões equivocadas que perduraram durante séculos sobre os povos indígenas, tais como a ideia de um grupo homogêneo, falando uma única língua e com as mesmas práticas sociais. Também abordaremos a questão da divulgação do desaparecimento e da aculturação dos povos indígenas ao longo dos anos no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povos indígenas. Livros didáticos. Respeito

## 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da real condição dos povos indígenas no Brasil é essencial na promoção de uma sociedade que respeite os direitos desses brasileiros. A lei 11 645/2008 torna obrigatório o ensino de história e culturas indígenas nas escolas

---

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado Profissional de Sociologia na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)/PE, professor do Ensino Básico da rede estadual de educação de PE –luizhishittito@bol.com.br

brasileiras. Isso possibilitou discussões no âmbito das ciências sociais no ambiente escolar. Nesse sentido aludimos a Galvão (2017), que em pesquisa de monografia sobre a abordagem indígena nos livros didáticos de Sociologia aprovados na edição PNLD 2015, destaca que a obrigatoriedade do tratamento da presença indígena despertou a importância de não estereotipar a imagem do índio nos livros, como historicamente se observava.

Mas até que ponto esses livros didáticos preconizam a luta por uma escola mais inclusiva é um questionamento que precisamos considerar. O papel de destaque assumido pelo livro didático na condução dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula pelos professores das escolas de Ensino Básico é notório. Conforme Desterro (2016, p.44-45), em dissertação que versa sobre a análise dos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD, o livro didático é um legitimador do trabalho de sala de aula, tendo um caráter prescritivo, uma vez que fornece um modelo de aula a ser seguido e define o que deve ser ensinado.

Como educadores somos desafiados a lutar por uma sociedade que garanta os direitos dos diversos grupos étnico-raciais e sociais. Para isso nosso trabalho com os estudantes precisa fomentar reflexões a partir de temas como processos identitários, diversidades culturais e desigualdades sociais, com o objetivo de influenciá-los positivamente na defesa de seus próprios direitos e também da urgência de respeitar os direitos de outros indivíduos. Nesse sentido somos, então, remetidos a Freire (1996, p.41), quando ele destaca que uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é colocar diante dos educandos as condições para que os mesmos possam em suas relações terem a oportunidade de se assumirem. Nessa perspectiva devemos lutar por uma escola que acolha, que supere equívocos históricos e se renove para constituir-se como espaço libertador e emancipatório. Nessa tarefa entendemos a importância de ressaltarmos a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira. Nesse olhar reconhecemos a urgência de abordar a temática indígena, promovendo debates que possibilitem a construção de uma sociedade que supere o que erroneamente tantas vezes se propagou sobre os primeiros habitantes do Brasil. Nesse sentido fazemos uma abordagem sobre a diversidade dos povos indígenas brasileiros e sobre sua presença na sociedade brasileira nos dias atuais, não cumprindo sombrias previsões sobre o desaparecimento desses povos.

## 2 A DIVERSIDADE INDÍGENA BRASILEIRA

Buscamos conhecer quem são os indígenas brasileiros, uma parcela da população do Brasil que durante séculos foi ignorada.

Ao iniciarmos nossa abordagem sobre quem são os povos indígenas brasileiros recorreremos a Silva e Costa (2018, p.11). Para eles a palavra 'indígena' é a mais indicada para a denominação do descendente dos primeiros habitantes do Brasil. Trata-se de um termo que significa 'nascido em casa', 'pessoa original'. Já em relação à palavra 'índio', muitas vezes referenciada, é preciso compreender seu sentido reducionista. Assim, desde a denominação, faz-se necessário nos colocarmos de forma clara e evitar generalizações que em nada contribuem para que saibamos sobre a diversidade desses grupos de indivíduos. Sobre isso, os autores enfatizam:

Por ser generalizante o termo 'índio' usado para designar todo habitante das Américas antes da chegada dos europeus, não dar conta de abranger sua complexidade e diversidade, mesmo que existam algumas semelhanças no seu modo de viver. O termo é insuficiente para demonstrar as enormes diferenças que existem entre os povos indígenas, com identidades próprias e distintas crenças e tecnologias, além de formas únicas de viver e representar a vida. Por isso, podemos verificar em alguns estudos o emprego dos termos 'sociedade' ou 'povo' para designar uma coletividade indígena (SILVA E COSTA, 2018, p. 11).

Sobre o reconhecimento dos povos indígenas brasileiros é importante destacar a consciência da condição de primeiros habitantes do Brasil, anteriores à colonização europeia, e da disposição de continuidade histórica dessas sociedades decididas a conservar e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica (BERGAMASCHI, DALLA ZEN E XAVIER, 2012, p. 8).

O desconhecimento da diversidade indígena, por sua vez, reforça o senso comum que essas populações, que correspondem de fato a 4% da população brasileira, são todas iguais e não esclarecem que falam idiomas distintos, apresentam cosmologias, tradições, manifestações artísticas e culturais peculiares a cada grupo étnico. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a maioria das populações indígenas existentes no Brasil está localizada

na Região Amazônica, embora existam consideráveis grupos no Centro-Oeste e no Nordeste (Silva e Costa, 2018. p. 17).

Antropólogos e historiadores divergem quanto aos valores da população indígena no Brasil por volta de 1500. Os valores apresentados nas pesquisas oscilam de 800 mil até 5 milhões, conforme ressaltam Kennedy e Pers (2000, apud PAGLIARO, AZEVEDO E SANTOS, 2005, p.15). Recentemente, conforme dados do (IBGE)/ 2010, os povos indígenas brasileiros são contabilizados em 305 povos, com 896,9 mil indivíduos falantes de 274 línguas, com características sociais e culturais diversas, distribuídos em todas as regiões do país. Os municípios com maiores populações indígenas estão situados na Região Amazônica. No Nordeste, por sua vez, são encontrados os municípios com as menores populações indígenas; além disso, é nessa região que se observa um percentual maior de indígenas fora de suas terras e nas áreas urbanas, aproximadamente 30% (SILVA E SILVA, 2016, p.156-162).

O contexto atual, embora com movimentos que buscam superar situações que expressam uma sociedade preconceituosa, que historicamente privilegiou os colonizadores europeus, em detrimento dos povos indígenas e também dos negros vindo da África na condição de escravos, ainda se configura distante de um país que valoriza sua diversidade étnica. Contudo, somos conscientes de que a luta precisa persistir, e como educadores, não podemos permanecer indiferentes a ações que mudem o quadro de preconceitos e exclusão. Assim, os livros didáticos precisam ser analisados e corrigidos quanto às posturas que denotem visões errôneas e também omissões quanto às questões que envolvem a luta pelos direitos dos povos indígenas. Conforme Silva e Costa (2018, p. 19) um dos principais propagadores da persistência do senso comum a respeito dos povos indígenas é a Educação Básica, pois muitos livros didáticos persistem em retratar esses povos de maneira folclórica e também como pertencentes ao passado.

### **3 OS “EQUÍVOCOS” SOBRE OS POVOS INDÍGENAS**

Além do desconhecimento da diversidade dos povos indígenas, que ainda prevalece no senso comum, e que a escola de Ensino Básico precisa corrigir, seja

por meio dos livros didáticos, levando-se em conta o alcance desde na direção das aulas, seja por ações que evidenciem que a escola precisa ir muito além do que comemorar 'o dia do índio, podemos ressaltar outras questões que afetaram historicamente os povos indígenas. A aculturação e o desaparecimento dos povos indígenas são equívocos propagados que ocuparam o discurso vigente em nossa sociedade por séculos.

A partir da segunda metade do século XIX, aumentaram os discursos oficiais sobre o desaparecimento dos indígenas e a extinção dos aldeamentos em Pernambuco e em vários estados da região Nordeste. Os habitantes dos lugares dos antigos aldeamentos passaram a ser chamados 'caboclos', condição assumida muitas vezes pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. Isso resultou em ampliação das invasões dessas terras por parte dos senhores de engenho e latifundiários, que defendiam que não havia mais motivo para as aldeias continuarem a existir. A identidade dos povos indígenas era, então, negada, e o discurso oficial apregoava que eles estavam deixando de existir como povo e misturavam-se com a população (SILVA, 2016, p.27).

Conforme Silva (2000, p.100-101) até 1970 muitos estudiosos defendiam que os povos nativos estavam destinados a desaparecerem através da aculturação. Essa previsão não foi concretizada, embora eles tenham sido tratados com indiferença, desrespeito e violência. Os estudos mais recentes mostram que os indígenas ao longo dos anos usaram estratégias de resistência, eles não permaneceram passivos. Nesse sentido eles não podem ser referenciados como habitantes de um Brasil do passado; eles sobreviveram, preservaram seus valores e cultura; eles trabalham, eles estudam, e estão no Brasil do presente, construindo suas histórias.

Contrapondo ao que historicamente foi apregoadado, os dados do Censo 2010 do IBGE revelam um aumento na população indígena pelo crescimento vegetativo e principalmente pela afirmação étnica. Povos, comunidades e indivíduos que não se reconheciam como indígenas, em razão da violência e da discriminação, voltaram a afirmar sua identidade (BRIGHENTI, 2015, p.159).

A teoria da aculturação dos povos indígenas, muito difundida em nossa sociedade, vem sendo questionada desde a década de 1970. Essa teoria defendia que o contato com a população não indígena levaria as populações indígenas a

perderem sua cultura. Ela previa o gradual desaparecimento dos grupos étnicos, que seriam incorporados, em diferentes graus, aos grupos majoritários não indígenas. A teoria da aculturação desqualifica as populações indígenas e ignora o longo período de contato a que essas populações foram submetidas com povos não indígenas desde a colonização ibérica. Nessa desqualificação os indígenas passam a ser os 'bugres', os 'aculturados', resultando na usurpação de seus direitos históricos. O mais lamentável é que tais posturas ainda resistem no Ensino Básico. Esses rótulos equivocados remetem a critérios como desaparecimento da língua indígena como língua materna, traços biológicos, pelo uso de roupas, calçados e outros elementos exteriores à cultura material tradicional dessas populações, além do uso de recursos tecnológicos modernos. Diante disso, percebe-se que se desconsidera toda trajetória histórica dos indígenas, marcada por resistências, fugas, rendições e tentativas de extermínio. Além disso, muitos grupos, a fim de evitarem as perseguições e poderem se reproduzir física e culturalmente, permaneceram isolados ou ocultos sob uma identidade não indígena. Eles lutavam contra a opressão (SILVA, 2015, p. 25-26).

Apesar dos efeitos negativos que resultaram da divulgação dessa teoria, estudos recentes, contrariando as previsões, confirmam que do século XVI ao século XIX, os indígenas inseridos no contexto colonial da América portuguesa continuavam existindo nos sertões, nas vilas, nas cidades e nas aldeias (ALMEIDA, 2010, p.14).

Atualmente verifica-se um surgimento de povos indígenas, principalmente no Nordeste do Brasil. Discute-se a possibilidade que o número de povos indígenas no país poderá, inclusive, aumentar nos próximos anos (SILVA, 2015, p. 26). Essa questão está diretamente ligada aos movimentos indígenas, que tem possibilitado conquistas nos últimos anos.

No início da década de 1970, após mais de cinco séculos desde o início da colonização, as lideranças indígenas ultrapassaram os espaços de suas comunidades originárias. Surge, então, o movimento indígena, com a organização das primeiras lideranças com participação nos fóruns de discussão, o que por sua vez, gerou situações novas dentro da sociedade brasileira. Era a primeira vez que os povos indígenas podiam propor uma política que tinha uma identidade própria (MUNDURUKU, 2012, p. 51).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a breve abordagem da condição real dos povos indígenas no Brasil, ressaltamos que escola de Ensino Básico precisa se colocar de forma a corrigir erros históricos e promover um debate que aponte para uma sociedade mais justa e acolhedora face à sua diversidade étnico-racial e social. Ainda sabemos pouco sobre as populações indígenas, contudo precisamos nos posicionar pela luta por uma sociedade que se assuma em sua diversidade e que garanta os direitos dos diversos grupos. A resistência desses povos diante das injustiças que sofreram ao longo de séculos é impactante, e isso precisa mover a sociedade numa direção que os perceba como brasileiros de fato, e como tais precisam ser respeitados em seus direitos de cidadãos. Nossa pesquisa, ainda em andamento, tem nos confrontado com uma história que precisa ser urgentemente revista em relação aos grupos indígenas brasileiros.

Nossas inquietações quanto à apresentação da abordagem da cultura indígena nos livros de Sociologia, do Ensino Médio, nosso objetivo geral de pesquisa, têm nos conduzido a muitos questionamentos. Nesse sentido levantamos algumas interrogações, como: Que discursos estão sendo fomentados nas aulas de ensino Básico? O respeito às diversidades, à liberdade de pensamento estão sendo promovidos?

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 168p.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel H.; XAVIER, Maria Luísa M. de F. (Orgs). **Povos Indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRIGHENTI, Clóvis A. Movimento Indígena no Brasil. In: WITTMANN, Luísa T. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.143-175..

DESTERRO, Fábio B. do. **Sobre livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, J. H. **A presença indígena nos livros didáticos de Sociologia**. Monografia de graduação em Ciências Sociais, UFRN, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970- 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R.V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R.V. (Orgs). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep 2005, p. 11-32.

SILVA, Edson. Resistência indígena nos 500 anos de colonização. In: BRANDÃO, Sylvana. (Org.). **Brasil 500 anos: reflexões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000, p. 99-126.

SILVA, Edson. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na História do Brasil. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs). **A Temática Indígena na Sala de aula: Reflexões para o ensino a partir da Lei 11 645/2008**. Recife: Ed. dos Organizadores, 2016, p.15-37.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. As diversidades étnicas no Brasil: desafios às práticas escolares. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (Orgs).



**A Temática Indígena na Sala de aula: Reflexões para o ensino a partir da Lei 11 645/2008.** Recife: Ed. dos Organizadores, 2016, p.151-163.

SILVA, Geovani J. Ensino de História Indígena. In: WITTMANN, Luísa T. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.143-175.

SILVA, Geovani J.; COSTA, Anna M. R. F. M. da. **Histórias e Cultura Indígena na Educação Básica.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.